Capa: Tânia Couto

2010
Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-Brasil. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

B778p Bourdieu, Pierre, 1930-2002
13ª ed. O poder simbólico / Pierre Bourdieu; tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 13ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2010.
322p.

Tradução de: Le pouvoir symbolique
ISBN 978-85-286-9963-0

1. Sociologia. 2. Poder (Ciências sociais). I. Título.

CDD – 301
97-2015 CDU – 301

EDITORA BERTRAND BRASIL LTDA.
Rua Argentina, 171 – 2º andar – São Cristóvão
20921-380 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (0XX21) 2585-2070 – Fax: (0XX21) 2585-2087

Atendimento e venda direta ao leitor
mdireto@record.com.br ou (21) 2585-2002

CAPÍTULO V

A identidade e a representação Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região

A intenção de submeter os instrumentos de uso mais comum nas ciências sociais a uma *crítica epistemológica alicerçada na história social da sua génese e da sua utilização* encontra no conceito de região uma justificação particular[1]. Com efeito, àqueles que vissem neste projecto de tomar para objecto os instrumentos de construção do objecto, de fazer a história social das categorias de pensamento do mundo social, uma espécie de desvio perverso da intenção científica, poder-se-ia objectar que a certeza em nome da qual eles privilegiam o conhecimento da «realidade» em relação ao conhecimento dos

[1] Este texto é o resultado de um trabalho empreendido, com o apoio da DGRST, no quadro de um grupo composto por economistas, etnólogos, historiadores e sociólogos. Só um conjunto de estudos de caso orientados pela intenção de apreender a génese do conceito de região e das representações que lhe estão associadas, de descrever os processos em jogo nos quais e por meio dos quais aquele conceito é produzido — o campo literário no caso do estereótipo elaborado pelos romancistas regionalistas, o campo universitário no caso da unidade física e social delimitada pelos historiadores, pelos geógrafos ou pelos politólogos, o campo social no seu conjunto no caso da unidade política reivindicada pelos movimentos regionalistas — podia dar uma ideia do universo de pressupostos, mais ou menos dissimulados, que se acham envolvidos em cada um dos usos do conceito. É por isso que, a estes estudos, se juntarão mais tarde o de Rémi Ponton sobre os romancistas regionalistas e sobre a evolução da temática dos romances regionais (em relação com as transformações do campo literário e do sistema escolar) e o de Jean-Louis Fabiani sobre o mercado dos bens culturais regionais (no caso da Córsega), e também o artigo de Enrico Castelnuovo e de Carlo Ginzburg sobre os efeitos da dominação simbólica na produção pictórica em Itália depois do Renascimento. [Este último estudo será publicado em versão portuguesa na obra intitulada *A Micro-história* de C. Ginzburg, que sairá na colecção Memória e Sociedade].

instrumentos de conhecimento nunca é, indubitavelmente, tão pouco fundamentada como no caso de uma «realidade» que, sendo em primeiro lugar, *representação*, depende tão profundamente do conhecimento e do reconhecimento.

As lutas pelo poder de di-visão

Primeira observação: a região é o que está em jogo como objecto de lutas entre os cientistas, não só geógrafos é claro, que, por terem que ver com o espaço, aspiram ao monopólio da definição legítima, mas também historiadores, etnólogos e, sobretudo desde que existe uma política de «regionalização» e movimentos «regionalistas», economistas e sociólogos. Bastará um exemplo, colhido dos acasos da leitura: «É preciso prestar homenagem aos geógrafos, eles foram os primeiros a interessarem-se pela economia regional. Por vezes mesmo eles tendem a reivindicá-la como uma coutada». A este respeito, escreve Maurice Le Lannou: «Admito que deixemos ao cuidado do sociólogo e do economista a descoberta das regras gerais — se as há — a partir do comportamento das sociedades humanas e do mecanismo das produções e das trocas. A nós, pertence-nos o concreto presente e diversificado que é a manta de retalhos multicolor das economias regionais (...). Os inquéritos regionais dos geógrafos apresentam-se frequentemente como estudos extremamente minuciosos, extremamente aprofundados de um espaço determinado. Em geral, estes trabalhos têm o aspecto de monografias descritivas de pequenas regiões; a sua multiplicidade, a abundância dos pormenores impedem que se compreendam os grandes fenómenos que levam ao progresso ou ao declínio das regiões consideradas. Dá-se igualmente demasiada importância aos fenómenos físicos, como se o Estado não interviesse, como se os movimentos de capitais ou as decisões dos grupos não produzissem efeitos. O geógrafo prende-se talvez demasiado ao que se vê, enquanto o economista se deve prender ao que se não vê. O geógrafo limita-se frequentemente à análise do conteúdo do espaço; ele olha muito pouco para além das fronteiras políticas ou administrativas da

região. Daqui, a tendência que ele tem para tratar a economia de uma região como uma entidade em que as relações internas são preponderantes. Para o economista, pelo contrário, a região seria tributária de outros espaços, tanto no que diz respeito aos seus aprovisionamentos como no que diz respeito aos seus escoamentos; a natureza dos fluxos e a importância quantitativa destes, por acentuarem a interdependência das regiões, seriam um aspecto a privilegiar. Se o geógrafo considera a localização das actividades numa região como um fenómeno espontâneo e comandado pelo meio natural, o economista introduz nos seus estudos um instrumento de análise particular — o custo»[2]. Este texto, que merecia ser citado mais longamente ainda, mostra bem que a relação propriamente científica entre as duas ciências tem as suas raízes na *relação social* entre as duas disciplinas e os seus representantes[3]. Com efeito, na luta para *anexar uma região do espaço científico* já ocupada pela geografia, o economista — que reconhece àquela o mérito de primeiro ocupante — designa de modo inseparável os limites das estratégias científicas do geógrafo (a sua tendência para o «internalismo» e a sua inclinação para aceitar o determinismo «geográfico») e os fundamentos sociais destas estratégias. Isto é feito por meio das qualidades e dos limites que ele atribui à geografia e que são claramente *reconhecidos* pelo porta-voz desta disciplina dominada e dada a contentar-se «modestamente» com aquilo que lhe é concedido, a isolar-se na região que as disciplinas mais «ambiciosas», sociologia e economia, lhe dão em partilha, quer dizer, o pequeno, o particular, o concreto, o real, o visível, a minúcia, o pormenor, a monografia, a descrição — por oposição ao grande, ao geral, ao abstracto, à teoria, etc. Assim, por um efeito que caracteriza, de modo

[2] R. Gendarme, *L'analyse économique régionale*, Paris, Cujas, 1976, pp. 12-13 (e M. Le Lannou, *La Géographie Humaine*, Paris, Flammarion, 1949, p. 244).

[3] Sabe-se que os geógrafos e a geografia se acham no nível mais baixo da hierarquia social (medida por índices como a origem social e regional dos professores) das disciplinas das faculdades de Letras, enquanto a economia ocupa uma posição elevada nas faculdades de Direito, globalmente situadas em níveis mais altos do que as faculdades de Letras nesta hierarquia.

próprio, as relações de (mal)conhecimento* e de reconhecimento, os defensores da identidade dominada aceitam, quase sempre tacitamente, por vezes explicitamente, os princípios de identificação de que a sua identidade é produto.

Outra observação importante: esta luta pela autoridade científica é menos autónoma do que querem crer os que nela se acham envolvidos e verificar-se-ia facilmente que as grandes etapas da concorrência entre as disciplinas a respeito da noção correspondem, através de diferentes mediações — entre as quais os contratos de pesquisa não são das menos importantes — a momentos da política governamental em matéria de «ordenamento do território» ou de «regionalização» e a fase da acção «regionalista»[4]. É assim que a concorrência entre os geógrafos, até então em situação de quase monopólio, e os economistas parece ter-se fortemente desenvolvido a partir do momento em que a «região» (no sentido administrativo do termo — mas haverá outro?) começou a revestir-se de interesse para os economistas os quais, na Alemanha com August Loesch, e nos Estados Unidos com a *regional science*, e depois em França com a voga do «ordenamento do território», «aplicaram à realidade regional a sua aptidão específica de generalização», como diz um geógrafo com a «modestia» estatutariamente atribuída à profissão[5]. A irrupção dos sociólogos que, de modo

* (mé)connaissance» no texto original (*N.T.*).

[4] Encontram-se elementos úteis para uma história social da política oficial em matéria de regionalização e dos debates que a rodearam no seio do pessoal político, a par de uma evocação das teses dos regionalistas, em P. Lagarde, *La régionalisation*, Paris, Seghers, 1977.

[5] E. Juillard, «La région, essai de définition», *Annales de géographie*, Set./Out., 1962, pp. 483-499. Seria preciso analisar as diferentes estratégias que o corpo dos geógrafos opôs às tentativas de anexação da economia, disciplina *socialmente* mais poderosa e capaz, por exemplo, de dar um fundamento empírico, se não uma justificação teórica, à região dos geógrafos, com a análise estatística dos *efeitos de contiguidade* (cf. J.R. Boudeville, *Aménagement du territoire et polarisation*, Paris, Ed. M. Th. Génin, 1972, pp. 25-27). Como sempre acontece no caso das lutas simbólicas, os geógrafos parecem ter-se visto divididos entre estratégias que, perfeitamente opostas na aparência (como a recusa irredentista pela politização e a acumulação sincrética das tradições próprias e das tradições alógenas, da *paisagem* dos antigos e dos *espaços funcionais* dos economistas), tinham de

diferente do dos etnólogos — suspeitos de passadismo e de localismo — estavam interessados no transregional, e até mesmo no transnacional — e de modo tanto mais claro quanto mais preocupados se mostravam com a sua identidade — parece ter coincidido com o aparecimento (e foi mesmo um aspecto deste) em 1968 e depois, dos movimentos «regionalistas» de novo tipo que, graças a uma política de contratos, ofereciam ao investigador, mediante uma redefinição laxiorista da observação participante, o papel de companheiro de viagem que analisa o movimento no movimento.

Estas poucas indicações, que não são apresentadas com a pretensão de servirem de análise metódica das relações entre as diferentes ciências sociais, deveriam ser suficientes para dar a ideia de que o objecto da ciência, a saber a concorrência pelo monopólio da divisão * legítima também pertence ao domínio da ciência, isto é, está também no campo científico e em cada um dos que nele se acham envolvidos. Isto não implica de forma alguma — antes pelo contrário — que este facto esteja claramente presente na consciência dos investigadores. Ora, a ciência social, que é obrigada a classificar para conhecer, só tem alguma probabilidade, não já de resolver, mas de, pelo menos, pôr correctamente o problema das classificações sociais e de conhecer tudo o que, no seu objecto, é produto de actos de classificação se fizer entrar na sua pesquisa da verdade das classificações o conhecimento da verdade dos seus próprios actos de classificação. O que quer dizer que não é possível dispensar, neste caso menos que em qualquer outro, uma análise da relação entre a lógica da ciência e a lógica da prática [6].

---

facto de comum a aceitação da definição dominante na sua forma directa ou inversa.

[6] A respeito das relações entre a noção de região dos geógrafos e a noção de região tal como funciona na prática e, em particular, no discurso regionalista, dir-se-iam renovar as análises por nós propostas em outro trabalho acerca do desvio entre o parentesco prático e o parentesco teórico, registado na genealogia (ou entre o esquema teórico das oposições míticas e os esquemas práticos da acção ritual) e acerca dos efeitos científicos da ignorância deste desvio inultrapassável, cf. P. Bourdieu, *Le sens pratique* Paris, Minuit, 1980, especialmente, pp. 59-60.

* «découpage». no texto original (*N.T.*).

Com efeito, a confusão dos debates em torno da noção de região e, mais geralmente, de «etnia» ou de «etnicidade» (eufemismos eruditos para substituir a noção de «raça», contudo, sempre presente na prática) resulta, em parte, de que a preocupação de submeter à crítica lógica os categoremas do senso comum, emblemas ou estigmas, e de substituir os princípios práticos do juízo quotidiano pelos critérios logicamente controlados e empiricamente fundamentados da ciência, faz esquecer que as classificações práticas estão sempre subordinadas a *funções práticas* e orientadas para a produção de efeitos sociais; e, ainda, que as representações práticas mais expostas à crítica científica (por exemplo, os discursos dos militantes regionalistas sobre a unidade da língua occitânica) podem *contribuir para produzir* aquilo por elas descrito ou designado, quer dizer, a *realidade objectiva* à qual a crítica objectivista as refere para fazer aparecer as ilusões e as incoerências delas.

Mas, mais profundamente, a procura dos critérios «objectivos» de identidade «regional» ou «étnica» não deve fazer esquecer que, na prática social, estes critérios (por exemplo, a língua, o dialecto ou o sotaque) são objecto de *representações mentais*, quer dizer, de actos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de *representações objectais*, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou em actos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores. Por outras palavras, as características que os etnólogos e os sociólogos objectivistas arrolam funcionam como sinais, emblemas ou estigmas, logo que são percebidas e apreciadas como o são na prática. Porque assim é e porque não há sujeito social que possa ignorá-lo praticamente, as propriedades (objectivamente) simbólicas, mesmo as mais negativas, podem ser utilizadas estrategicamente em função dos interesses materiais e também simbólicos do seu portador[7].

[7] A dificuldade em pensar adequadamente a economia do simbólico vê-se, por exemplo, em certo autor (O. Patterson, «Context and Choice in Ethnic Allegiance: A Theoretical Framework and Caribbean Case Study»,

Só se pode comprender esta forma particular de luta das classificações que é a luta pela definição da identidade «regional» ou «étnica» com a condição de se passar para além da oposição que a ciência deve primeiro operar, para romper com as pré-noções da sociologia espontânea, entre a representação e a realidade, e com a condição de se incluir no real a representação do real ou, mais exactamente, a luta das representações, no sentido de imagens mentais e também de manifestações sociais destinadas a manipular as imagens mentais (e até mesmo no sentido de delegações encarregadas de organizar as representações como manifestações capazes de modificar as representações mentais).

As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à *origem* através do *lugar* de origem e dos sinais duradoiros que lhes são correlativos, como o sotaque, são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo. A etimologia da palavra região (*regio*), tal como a descreve Emile Benveniste, conduz ao princípio da di-visão, acto mágico, quer dizer, propriamente social, de *diacrisis* que introduz por *decreto* uma descontinuidade decisória na continuidade natural (não só entre as regiões do espaço mas também entre as idades, os sexos, etc.). *Regere fines*, o acto que consiste

---

Ethnicity, Theory and Experience, ed. by N. Glazer and D.P. Moynihan, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1975, pp. 305-349) que, escapando por excepção ao idealismo culturalista o qual é de regra nestas matérias, dá lugar à manipulação estratégica das características «étnicas» e reduz o interesse por si atribuído à origem destas estratégias ao interesse estritamente económico, ignorando assim tudo o que, nas lutas das classificações, obedece à procura da maximização do ganho simbólico.

em «traçar as fronteiras em linhas rectas», em separar «o interior do exterior, o reino do sagrado do reino do profano, o território nacional do território estrangeiro», é um acto *religioso* realizado pela personagem investida da mais alta autoridade, o *rex*, encarregado de *regere sacra*, de fixar as regras que trazem à existência aquilo por elas prescrito, de falar com autoridade, de pré-dizer no sentido de chamar ao ser, por um dizer executório, o que se diz, de fazer sobrevir o porvir enunciado[8]. A *regio* e as suas fronteiras (*fines*) não passam do vestígio apagado do acto de autoridade que consiste em circunscrever a região, o território (que também se diz *fines*), em impor a definição (outro sentido de *finis*) legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras e do território, em suma, o princípio de di-visão legítima do mundo social. Este acto de direito que consiste em afirmar com autoridade uma verdade que tem força de lei é um acto de conhecimento, o qual, por estar firmado, como todo o poder simbólico, no reconhecimento, produz a existência daquilo que enuncia (a *auctoritas*, como lembra Benveniste, é a capacidade de produzir que cabe em partilha ao *auctor*)[9]. O *auctor*, mesmo quando só diz com autoridade aquilo que é, mesmo quando se limita a enunciar o ser, produz uma mudança no ser: ao dizer as coisas com autoridade, quer dizer, à vista de todos e em nome de todos, publicamente e oficialmente, ele subtrai-as ao arbitrário, sanciona-as, santifica-as, consagra-as, fazendo-as existir como dignas de existir, como conformes à natureza das coisas, «naturais».

Ninguém poderia hoje sustentar que existem critérios capazes de fundamentar classificações «naturais» em regiões «naturais», separadas por fronteiras «naturais». A fronteira nunca é mais do que o produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na «realidade» segundo os elementos que ela reúne, tenham entre si semelhanças mais ou menos numerosas e mais ou menos fortes (dando-se por entendido que se pode discutir sempre acerca dos limites de variação entre os

[8] E. Benveniste, *Le vocabulaire des institutions indo-européennes*, II, *Pouvoir, droit, religion*, Paris, Minuit, 1969, pp. 14-15 (e também, a respeito de *krainein*, como poder de predizer, p. 41).

[9] E. Benveniste, *op. cit.*, pp. 150-151.

elementos não idênticos que a taxinomia trata como semelhantes). Cada um está de acordo em notar que as «regiões» delimitadas em função dos diferentes critérios concebíveis (língua, *habitat*, amanho da terra, etc.) nunca coincidem perfeitamente. Mas não é tudo: a «realidade», neste caso, é social de parte a parte e as classificações mais «naturais» apoiam-se em características que nada têm de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima. A fronteira, esse produto de um acto jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta: basta pensar na acção do sistema escolar em matéria de língua para ver que a vontade política pode desfazer o que a história tinha feito[10]. Assim, a ciência que pretende propor os critérios mais bem alicerçados na realidade não deve esquecer que se limita a registar um *estado* da luta das classificações, quer dizer, um estado da relação de forças materiais ou simbólicas entre os que têm interesse num ou noutro modo de classificação e que, como ela, invocam frequentemente a autoridade científica para fundamentarem na realidade e na razão a divisão arbitrária que querem impor.

[10] A diferença cultural é sem dúvida produto de uma dialéctica histórica da diferenciação cumulativa. Como mostrou Paul Bois a respeito dos camponeses do Oeste cujas opções políticas desafiavam a geografia eleitoral, o que faz a região não é o espaço, mas sim o tempo, a história (P. Bois, *Paysans de l'Ouest, des structures economiques et sociales aux options politiques depuis l'époque révolutionnaire*, Paris-Haia, Mouton, 1960). Poder-se-ia fazer uma demonstração semelhante a respeito das «regiões» berberófonas que, ao cabo de uma história diferente, eram suficientemente «diferentes» das «regiões» arabófonas para suscitarem da parte do colonizador tratamentos diferentes (em matéria de escolarização, por exemplo), logo, próprios para reforçar as diferenças que lhe tinham servido de pretexto e para produzir novas diferenças (as que estão ligadas à emigração para França, por exemplo) e assim sucessivamente. Nada há, nem mesmo as «paisagens» ou os «solos», caros aos geógrafos, que não seja herança, quer dizer, produtos históricos das determinantes sociais (cf. C. Reboul, «Déterminants sociaux de la fertilité des sols», *Actes de la recherche en sciences sociales*, 17-18, Nov. 1977, pp. 88-112. Na mesma lógica e para além do uso ingenuamente «naturalista» da noção de «paisagem», seria preciso analisar a contribuição dos factores sociais para os processos de «desertificação».

O discurso regionalista é um discurso *performativo*, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a *região* assim delimitada — e, como tal, desconhecida — contra a definição dominante, portanto, reconhecida e legítima, que a ignora. O acto de categorização, quando consegue fazer-se reconhecer ou quando é exercido por uma autoridade reconhecida, exerce poder por si: as categorias «étnicas» ou «regionais», como as categorias de parentesco, instituem uma realidade usando do poder de *revelação* e de *construção* exercido pela *objectivação no discurso*. Não é uma ficção sem eficácia chamar-se «occitânico» [11] à língua que falam os que são chamados «Occitânicos» porque falam esta língua (que ninguém fala, propriamente dito, pois ela não passa da soma de um grande número de falares diferentes) e nomear-se «Occitânia» a região (no sentido de espaço físico) onde esta língua é falada, pretendendo-se assim fazê-la existir como «região» ou como «nação» (com todas as implicações historicamente constituídas que estas noções encerram no momento considerado) [12]. O acto da magia social que consiste em tentar trazer à existência a coisa nomeada pode resultar se aquele que o realiza for capaz de fazer reconhecer à sua palavra o poder que ela se arroga por uma usurpação provisória ou definitiva, o de impor uma nova visão a uma nova divisão do mundo social: *regere fines*, *regere sacra*, consagrar um novo limite. A eficácia do discurso performativo que pretende fazer sobrevir o que ele enuncia no próprio acto de o enunciar é proporcional à autoridade daquele que o enuncia: a fórmula «eu autorizo-vos a partir» só é *eo ipso* uma autorização se aquele que pronuncia está autorizado a autorizar,

[11] O adjectivo «occitan» e, *a fortiori*, o substantivo «Occitanie» são palavras eruditas e recentes (forjadas pela *latinização* da língua de oc, *língua occitana*), destinadas a designar realidades eruditas que, pelo menos de momento, só existem no papel.

[12] De facto, esta língua é, ela mesma, um *artefacto* social, inventado à custa de uma indiferença decisória para com as diferenças, que reproduz ao nível da «região» a imposição arbitrária de uma norma única contra a qual se levanta o regionalismo e que só poderia tornar-se em princípio real das práticas linguísticas mediante uma inculcação sistemática análoga à que impôs o uso generalizado do francês.

tem autoridade para autorizar. Mas o efeito de conhecimento que o facto da objectivação no discurso exerce não depende apenas do reconhecimento consentido àquele que o detém; ele depende também do grau em que o discurso, que anuncia ao grupo a sua identidade, está fundamentado na objectividade do grupo a que ele se dirige, isto é, no reconhecimento e na crença que lhe concedem os membros deste grupo assim como nas propriedades económicas ou culturais que eles têm em comum, pois é somente em função de um princípio determinado de pertinência que pode aparecer a relação entre estas propriedades. O poder sobre o grupo que se trata de trazer à existência enquanto grupo é, a um tempo, um poder de fazer o grupo impondo-lhe princípios de visão e de divisão comuns, portanto, uma visão única da sua identidade, e uma visão idêntica da sua unidade [13]. O facto de estar em jogo, nas lutas pela identidade — esse ser percebido que existe fundamentalmente pelo reconhecimento dos outros —, a imposição de percepções e de categorias de percepção explica o lugar determinante que, como a estratégia do *manifesto* nos movimentos artísticos, a dialéctica da manifestação detém em todos os movimentos regionalistas ou nacionais [14]: o poder quase mágico das palavras resulta do efeito que têm a objectivação e a oficialização de facto que a nomeação pública realiza à vista de todos, de subtrair ao impensado e até mesmo ao impensável a particularidade que está na origem do particularismo (é o caso quando a «algaravia» sem nome se afirma como língua susceptível de ser falada publicamente); e a

[13] Como tentei mostrar em outro trabalho (cf. Bourdieu e L. Boltanski, «Le fétichisme de la langue», *Actes de la recherche em sciences sociales*, n.º 4, 1975, pp. 2-33), os fundadores da Escola republicana tinham por finalidade explícita inculcar, entre outras coisas pela imposição da língua «nacional», o sistema comum de categorias de percepção e de apreciação capaz de fundamentar uma visão unitária do mundo social.

[14] O liame, geralmente atestado, entre os movimentos regionalistas e os movimentos feministas (e também ecológicos) resulta de que, dirigidos contra formas de dominação simbólica, estes movimentos supõem disposições étnicas e competências culturais (visíveis nas estratégias utilizadas) que se encontram mais propriamente na *intelligentsia* e na nova pequena burguesia (cf. Bourdieu, *La distinction*, Paris, Minuit, 1979, especialmente pp. 405-431).

oficialização tem a sua completa realização na *manifestação*, acto tipicamente mágico (o que não quer dizer desprovido de eficácia) pelo qual o grupo prático, virtual, ignorado, negado, se torna visível, manifesto, para os outros grupos e *para ele próprio*, atestando assim a sua existência como grupo conhecido e reconhecido, que aspira à institucionalização. O mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto.

De facto, não há que escolher entre a arbitragem objectivista, que mede as *representações* (em todos os sentidos do termo) pela «realidade» esquecendo que elas podem acontecer na realidade, pela eficácia própria da *evocação*, o que elas representam, e o empenhamento subjectivista que, privilegiando a representação, confirma no terreno da ciência a falsificação na escrita sociológica pela qual os militantes passam da representação da realidade à realidade da representação. Pode-se escapar à alternativa tomando-a para objecto ou, mais precisamente, levando em linha de conta na ciência do objecto os fundamentos objectivos da alternativa do objectivismo e do subjectivismo que divide a ciência, impedindo que apreenda a lógica específica do mundo social, essa «realidade» que é o lugar de uma luta permanente para *definir* a «realidade». Apreender ao mesmo tempo *o que é instituído*, sem esquecer que se trata somente da resultante, num dado momento, da luta para fazer existir ou «inexistir» o que existe, e *as representações*, enunciados performativos que pretendem que aconteça aquilo que enunciam, restituir ao mesmo tempo as estruturas objectivas e a relação com estas estruturas, a começar pela pretensão a transformá-las, é munir-se de um meio de explicar mais completamente a «realidade», logo, de compreender e de prever mais exactamente as potencialidades que ela encerra ou, mais precisamente, as possibilidades que ela oferece às diferentes pretensões subjectivistas [15]

[15] Sem deixar por isso de estar sujeito a aparecer como censor ou cúmplice. Quando o discurso científico é retomado nas lutas das classificações que se esforça por objectivar — e, salvo a interdição da sua divulgação, não se vê como impedir este uso —, passa a funcionar como na realidade das lutas de classificação, isto é, como um *discurso de consagração* que diz, por um dizer autorizado que autoriza, que o que é deve ser: ele está

Compreende-se melhor a necessidade de explicitar completamente a relação entre as lutas pelo princípio e di-visão legítima que se desenrolam no campo científico e as que se situam no campo social (e que, pela sua lógica específica, concedem um lugar preponderante aos intelectuais). Toda a tomada de posição que aspire à «objectividade» acerca da existência actual e potencial, real ou previsível, de uma região, de uma etnia ou de uma classe social e, por esse meio, acerca da *pretensão à instituição* que se afirma nas *representações* «partidárias», constitui um certificado de *realismo* ou um veredicto de *utopismo* o qual contribui para determinar as probabilidades objectivas que tem esta entidade social de ter acesso à existência[16]. O efeito simbólico exercido pelo discurso científico ao consagrar um estado das divisões e da visão das divisões, é

---

por isso, condenado a aparecer como *crítico* ou *cúmplice* conforme a relação cúmplice ou crítica que o próprio leitor mantém com a realidade descrita. É assim que o simples facto de *mostrar* pode funcionar como uma maneira de mostrar com o dedo, de pôr no index, de acusar (*kategorein*), ou, inversamente, como uma maneira de fazer ver e de fazer valer. Isto tanto vale para a classificação em classes sociais como para a classificação em «regiões» ou em «etnias». O sociólogo expõe-se, a partir do momento em que aceita *tornar públicos* os resultados das suas pesquisas, a que lhe atribuam (na proporção do reconhecimento que se lhe concede) o papel do *censor* romano, responsável pelo *census* («justa estimação pública» do valor e do nível atribuídos às pessoas — G. Dumézil, *Servius et la Fortune*, Paris, Gallimard, 1943, p. 188 — e, mais tarde, *recenseamento* das fortunas) ou, o que é o mesmo, a despeito das aparências, o do censor (idanoviano) que reduz as pessoas classificadas à verdade objectiva que a classificação lhes determina. (Esta leitura é ao mesmo tempo provável, porque não basta objectivar a luta das classificações para a suspender e antecipadamente a desmentir: com efeito, a objectivação desta luta e, em particular, na forma específica que ela assume no seio do campo científico, atesta que é possível apartar-se da luta pelo monopólio da definição do princípio da classificação legítima pelo menos quanto baste para a compreender e para controlar os efeitos associados aos interesses envolvidos nesta luta).

[16] Como compreender, a não ser como outras tantas afirmações compulsivas da pretensão à *auctoritas* mágica do *censor* duméziliano que se inscreve na ambição do sociólogo, as recitações rituais dos textos canónicos sobre as classes sociais (ritualmente confrontadas com o *census* estatístico) ou, em grau de ambição superior e em estilo menos clássico, as profecias anunciadoras das «novas classes» e das «novas lutas» (ou o declínio inelutável das «velhas classes» e das «velhas» lutas); dois géneros que ocupam grande lugar na produção dita sociológica?

inevitável na medida em que os critérios ditos «objectivos», precisamente os que os doutos conhecem, são utilizados como armas nas lutas simbólicas pelo conhecimento e pelo reconhecimento: eles designam as características em que pode firmar-se a acção simbólica de mobilização para produzir a unidade real ou a crença na unidade (tanto no seio do próprio grupo como nos outros grupos), que — a prazo, e em particular por intermédio das acções de imposição e de inculcação da identidade legítima (como as que a escola e o exército exercem) — tende a gerar a unidade real. Em suma, os veredictos mais «neutros» da ciência contribuem para modificar o objecto da ciência: logo que a questão regional ou nacional é objectivamente posta na realidade social, embora seja por uma minoria actuante (que pode tirar partido da sua própria fraqueza jogando com a estratégia propriamente simbólica da *provocação* e do *testemunho* para arrancar réplicas, simbólicas ou não, que impliquem um reconhecimento), qualquer enunciado sobre a região funciona como um *argumento* que contribui — tanto mais largamente quanto mais largamente é reconhecido — para favorecer ou desfavorecer o acesso da região ao reconhecimento e, por este meio, à existência.

Nada há de menos inocente do que a questão, que divide o mundo douto de saber se se devem incluir no sistema dos critérios pertinentes não só as propriedades ditas «objectivas» (como a ascendência, o território, a língua, a religião, a actividade económica, etc.), mas também as propriedades ditas «subjectivas» (como sentimento de pertença, etc.), quer dizer, as *representações* que os agentes sociais têm das divisões da realidade e que contribuem para a realidade das divisões[17].

[17] As razões da repugnância espontânea dos «doutos» em relação aos critérios «subjectivos» mereceria uma longa análise: há o realismo ingénuo que leva a ignorar tudo o que se não pode mostrar ou tocar com o dedo; há o economismo que leva a não reconhecer outras determinantes da acção social a não ser as que estão visivelmente inscritas nas condições materiais de existência; há os interesses ligados às aparências da «neutralidade axiológica» que, em mais de um caso, constituem toda a diferença entre o «douto» e o militante e que impedem a introdução no discurso «douto» de questões e de noções contrárias à decência; há, enfim e sobretudo, o *ponto de honra* científico que leva os observadores — e de modo tanto mais enérgico quanto

Quando os investigadores entendem erigir-se em juízes de todos os juízos e em críticos de todos os critérios, com a sua formação e os seus interesses específicos a isso os impelem, ficam privados de apreender a lógica própria de uma luta em que a força social das representações não está necessariamente proporcionada ao seu valor de verdade (medido pelo grau em que elas exprimem o estado da relação de forças materiais no momento considerado). Com efeito, enquanto pré-visões, estas mitologias «científicas» podem produzir a sua própria verificação se conseguirem impor-se à crença colectiva a criar, pela sua energia mobilizadora, as condições da sua própria realização. A região que se torna em nação aparece retrospectivamente na sua verdade, quer dizer, à maneira da religião segundo Durkheim, como «uma ilusão bem fundamentada». Mas esses investigadores não fazem melhor quando, abdicando da distância do observador, retomam à sua própria conta a representação dos agentes, num discurso que, à falta de meios para descrever o jogo em que se produz esta representação e a crença que a fundamenta, não passa de uma contribuição entre outras para a produção da crença acerca da qual haveria que descrever os fundamentos e os efeitos sociais [18].

---

menos seguros estão da sua ciência e do seu estatuto — a multiplicarem os sinais de *ruptura* com as representações do senso comum e que os condena a um *objectivismo* redutor, perfeitamente inadequado a fazer entrar a realidade das representações comuns na representação científica da realidade.

[18] Pode admitir-se que os sociólogos, enquanto não submetem a sua prática à crítica sociológica, estão sempre determinados, na sua orientação para um pólo ou para outro, objectivista ou subjectivista, do universo das relações possíveis com o objecto, por factores sociais tais como a sua posição na hierarquia social da sua disciplina, quer dizer, do seu nível de competência estatutária que, num espaço geográfico socialmente hierarquizado, se traduz frequentemente por uma posição central ou local, factor particularmente importante se se trata de região ou de regionalismo; mas também na hierarquia técnica: pois que estratégias «epistemológicas» tão opostas como o dogmatismo dos guardiães da ortodoxia teórica e o espontaneísmo dos apóstolos da participação no movimento podem ter de comum o fornecer uma maneira de escapar às exigências do trabalho científico sem renunciar às pretensões à *auctoritas*, quando se não pode ou se não quer satisfazer estas exigências ou simplesmente as mais aparentes, quer dizer, as mais *escolares* de entre elas (como a familiaridade com os textos canónicos). Mas eles

Em suma, neste caso como em outros, trata-se de escapar à alternativa do registo «desmistificador» dos critérios objectivos e da ratificação mistificada e mistificadora das representações e das vontades para se manter junto o que está junto na realidade, a saber, *a*) as classificações objectivas, quer dizer, incorporadas ou objectivadas, por vezes em forma de instituição (como as fronteiras jurídicas) e a relação prática, «actuada» ou representada, com essas classificações e, em particular, as estratégias individuais colectivas (como as reivindicações regionalistas) pelas quais os agentes procuram pô-las ao serviço dos seus interesses,

---

podem também oscilar, ao acaso da relação directamente experimentada para com o objecto, entre o objectivismo e o subjectivismo, a censura e o elogio, a cumplicidade mistificada e mistificadora e a desmistificação redutora, porque aceitam a problemática objectiva, quer dizer a própria estrutura do campo de luta no qual a região e o regionalismo estão em jogo, em vez de o objectivar; porque eles entram no debate acerca dos critérios que permitem dizer o sentido do movimento regionalista ou de lhe predizer o futuro sem se interrogarem sobre a lógica de uma luta que incide precisamente sobre a determinação do sentido do movimento (regional ou nacional, progressivo ou regressivo, de direita ou de esquerda) e sobre os critérios que possam determinar este sentido — como a referência ao movimento operário: «Pode-se falar neste sentido de libertação nacional no caso dos movimentos regionalistas? Quanto aos que estudei, a resposta é negativa. Por um lado, o conteúdo da reivindicação de "nação" — quando é explicitamente formulado — assenta frequentemente na manutenção ou no restabelecimento de relações sociais pré-capitalistas. Isto pode, de resto, passar-se sob a palavra de ordem de autogestão que, tomada neste contexto, nega a realidade da estrutura actual do processo de produção e de troca (...). Que o projecto destes movimentos seja o de ter uma base popular, não o esqueço, mas o caso do Languedoc exposto por Louis Quéré aí está para nos mostrar que a acção dos movimentos de produtores de palavras de ordem regionalistas se processa com desvios e retardamentos, e mesmo em oposição, em relação aos intelectuais emissores da ideologia nacionalitária. Será desvalorizar os movimentos regionalistas o tratá-los assim? Não, é somente reconhecer que o que neles está em jogo não é dado por aquilo que deles dizem os militantes, que a sua significação está em outra parte, e que o seu impacto sobre a evolução do sistema social está longe do conteúdo reivindicativo explícito destes movimentos» (R. Dulong, Intervenção em *Deuxième rencontre européenne sur les problèmes régionaux*, (roneotipado) Paris, MSH, 1976). «O problema essencial é pois o dos critérios que nos permitirão que creditemos este tipo de movimento com esta ou aquela significação social» (L. Quéré, *op. cit.* p. 63 — poder-se-ão ler também as páginas 67 e 68, em que o autor toca de passagem na objectivação da alternativa da participação e do objectivismo).

materiais ou simbólicos, ou conservá-las e transformá-las; *b*) as relações de forças objectivas, materiais e simbólicas, e os esquemas práticos (quer dizer, implícitos, confusos, e mais ou menos contraditórios) graças aos quais os agentes classificam os outros agentes e apreciam a sua posição nestas relações objectivas e, simultaneamente, as estratégias simbólicas de apresentação e de representação de si que eles opõem às classificações e às representações (deles próprios) que os outros lhes impõem.

Em resumo, é com a condição de exorcizar o sonho da «ciência régia» investida da regalia de *regere fines* e de *regere sacra*, do poder nomotético de decretar a união e a separação, que a ciência pode eleger como objecto o próprio jogo em que se disputa o poder de reger as fronteiras sagradas, quer dizer, o poder quase divino sobre a visão do mundo, e em que não há outra escolha para quem pretende jogá-lo (e não resignar-se a ele) a não ser mistificar ou desmistificar[19].

[19] A pesquisa marxista acerca da questão nacional ou regional viu-se bloqueada, sem dúvida desde a origem, pelo efeito conjugado do utopismo internacionalista (sutentado por um evolucionismo ingénuo) e do economismo, sem falar dos efeitos das preocupações estratégicas do momento que frequentemente predeterminaram os veredictos de uma «ciência» voltada para a prática (e desprovida de uma ciência verdadeira quer da ciência quer das relações entre a prática e a ciência). Não há dúvida de que a eficácia do conjunto destes factores se vê particularmente bem na tese, tipicamente performativa, do primado, embora muitas vezes desmentido pelos factos, das solidariedades «étnicas» ou nacionais em relação às solidariedades de classe. Mas a incapacidade de *historicizar este problema* (que, ao mesmo título que o primado das relações espaciais ou das relações sociais e genealógicas, é posto e resolvido na história) e a pretensão teoreticista, incessantemente afirmada, para designar as «nações viáveis» ou para produzir os critérios cientificamente válidos da identidade nacional (cf. G. Haupt, M. Lowry, C. Weill, *Les marxistes et la question nationale*, Paris, Maspero, 1974) parecem depender directamente do grau em que a intenção realenga de reger e de dirigir orienta a ciência régia das fronteiras e dos limites: não é por acaso que Estaline é o autor da «definição» mais dogmática e mais *essencialista* da nação.

Dominação simbólica e lutas regionais

O regionalismo (ou o nacionalismo) é apenas um caso particular das lutas propriamente simbólicas em que os agentes estão envolvidos quer individualmente e em estado de dispersão, quer colectivamente e em estado de organização, e em que está em jogo a conservação ou a transformação das relações de forças simbólicas e das vantagens correlativas, tanto económicas como simbólicas; ou, se se prefere, a conservação ou a transformação das leis de formação dos preços materiais ou simbólicos ligados às manifestações simbólicas (objectivas ou intencionais) da identidade social. Nesta luta pelos critérios de avaliação legítima, os agentes empenham interesses poderosos, vitais por vezes, na medida em que é o valor da pessoa enquanto reduzida socialmente à sua identidade social que está em jogo[20].

Quando os dominados nas relações de forças simbólicas entram na luta em estado isolado, como é o caso nas interacções da vida quotidiana, não têm outra escolha a não ser a da aceitação (resignada ou provocante, submissa ou revoltada) da definição dominante da sua identidade ou da busca da *assimilação* a qual supõe um trabalho que faça desaparecer todos os sinais destinados a lembrar o estigma (no estilo de vida, no vestuário, na pronúncia, etc.) e que tenha em vista propor, por meio de estratégias de dissimulação ou de embuste, a imagem de si o menos afastada possível da identidade legítima. Diferente destas estratégias que encerram o reconhecimento da identidade dominante e portanto dos critérios de apreciação apropriados a constituí-la como legítima, a luta colectiva pela subversão das relações de forças simbólicas — que tem em vista não a supressão das características estigmatizadas mas a destruição da tábua dos valores que as constitui como estigmas —,

[20] Sabe-se que os indivíduos e os grupos investem nas lutas de classificação todo o seu ser social, tudo o que define a ideia que eles têm deles próprios, todo o impensado pelo qual eles se constituem como «nós» por oposição a «eles», aos «outros» e ao qual estão ligados por uma adesão quase corporal. É isto que explica a força mobilizadora excepcional de tudo o que toca à identidade.

que procura impor senão novos princípios de di-visão, pelo menos uma inversão dos sinais atribuídos às classes produzidas segundo os antigos princípios, é um esforço pela autonomia, entendida como poder de definir os princípios de definição do mundo social em conformidade com os seus próprios interesses (*nomos*, a partilha legal, a atribuição legal, a lei, liga-se a *nemo*, partilhar segundo a lei). O que está nela em jogo é o poder de se apropriar, se não de todas as vantagens simbólicas associadas à posse de uma identidade legítima, quer dizer, susceptível de ser publicamente e oficialmente afirmada e reconhecida (identidade nacional), pelo menos as vantagens negativas implicadas no facto de já se não estar sujeito a ser-se avaliado ou a avaliar-se (pondo-se à prova na vergonha ou na timidez ou procurando acabar com o velho homem mediante um esforço incessante de *correcção*) em função dos critérios mais desfavoráveis. A revolução simbólica contra a dominação simbólica e os efeitos de *intimidação* que ela exerce tem em jogo não, como se diz, a conquista ou a reconquista de uma identidade, mas a reapropriação colectiva deste poder sobre os princípios de construção e de avaliação da sua própria identidade de que o dominado abdica em proveito do dominante enquanto aceita ser negado ou negar-se (e negar os que, entre os seus, não querem ou não podem negar-se) para se fazer reconhecer[21].

O estigma produz a revolta contra o estigma, que começa pela reivindicação pública do estigma, constituído assim em emblema — segundo o paradigma «black is beautiful» — e que termina na institucionalização do grupo produzido (mais ou menos totalmente) pelos efeitos económicos e sociais da estigmatização. É, com efeito, o estigma que dá à revolta regionalista ou nacionalista, não só as suas determinantes simbólicas mas também os seus fundamentos económicos e sociais, princípios de unificação do grupo e pontos de apoio objectivos da acção de mobilização. Os que julgam poder condenar o sionismo ao condenarem o racismo esquecem que o

[21] Esta alternativa impõe-se também aos membros das classes dominadas, na medida em que a dominação económica é acompanhada quase inevitavelmente de uma dominação simbólica.

sionismo é, na sua origem, o produto histórico do racismo (e também que, como mostram, por exemplo, as ficções da política que têm em vista reconhecer a «identidade cultural» dos emigrados sem lhes conceder a sanção jurídica deste reconhecimento, se tem o direito de perguntar se uma identidade cultural inicialmente firmada no estigma pode ser realmente assegurada sem a garantia de um Estado independente). É assim, embora se possa deplorar que, por uma espécie de desforra da história, aqueles que foram as primeiras vítimas das ideologias reaccionárias da terra e do sangue tenham sido obrigados a criar inteiramente, para realizarem a sua identidade, a terra e a língua que servem geralmente de justificação «objectiva» à reivindicação da identidade.

A reivindicação regionalista, por muito longínqua que pareça deste nacionalismo sem território, é também uma resposta à estigmatização que produz o território de que, aparentemente, ela é produto. E, de facto, se a região não existisse como espaço estigmatizado, como «província» definida pela distância económica e social (e não geográfica) em relação ao «centro», quer dizer, pela privação do capital (material e simbólico) que a capital concentra[22], não teria que reivindicar a existência[23]: é porque existe como unidade negativamente definida pela dominação simbólica e económica que alguns dos que nela participam podem ser levados a lutar (e com probabilidades objectivas de sucesso e de ganho) para alterarem a sua definição, para inverterem o sentido e o valor

[22] O espaço propriamente político de dominação define-se pela relação que se estabelece entre a distribuição dos poderes e dos bens no espaço geográfico e a distribuição dos agentes neste espaço, sendo a distância geográfica em relação aos bens e aos poderes um bom índice de poder.

[23] O argumento mobilizador «viver na região» deve a sua força real — mesmo junto dos «burgueses» — a que, além dos desenraizamentos afectivos, o exílio imposto pela procura de trabalho é acompanhado da experiência da desvalorização simbólica, da desqualificação ligada ao facto de ser-se levado praticamente a oferecer directamente no mercado linguístico dominante produções não conformes (daí, a função que cabe aos submercados protegidos que se reconstituem no coração do mercado dominante, como é o caso do frontão de Paris frequentado por Courrèges ou o da *Amicale* dos Basco-bearneses no que diz respeito aos empregados dos cheques postais).

das características estigmatizadas, e que a revolta contra a dominação em todos os seus aspectos — até mesmo económicos — assume a forma da reivindicação regionalista[24].

A fé universalista, que leva a recusar o reconhecimento dos efeitos particulares e particularizantes da reivindicação nacionalista, ainda que aceitando a reivindicação autonomista[25], encontra uma justificação no facto de, como mostram entre outros casos o destino do sionismo ou os efeitos paradoxais da autonomização (inacabada) dos cantões jurassianos[26], a autodeterminação, que é apenas a negação de uma heteró-determinação, não fazer mais do que reproduzir o estigma, mas em forma invertida. Abolir o estigma realmente (e não magicamente, quer dizer, por uma simples inversão simbólica dos sinais de distinção que pode levar até uma redefinição dos *limites* no interior dos quais a legitimidade da identidade assim definida se acha garantida) implicaria que se destruíssem os próprios fundamentos do jogo que, ao produzir o estigma, gera a procura de uma reabilitação baseada na auto-afirmação exclusiva que está na própria origem do estigma, e que se façam desaparecer os mecanismos por meio dos quais se exerce a dominação simbólica e, ao mesmo tempo, os fundamentos subjectivos e objectivos da reivindicação da diferença por ela gerados.

Ora, o paradoxo está em que, por uma espécie de desafio lançado à combinação de racionalismo universalista e de economismo evolucionista que fazia esperar dos efeitos universalizantes da unificação da economia o desaparecimento das nações e dos nacionalismos, estes mecanismos são, com toda a evidência, produto de um começo de universalização (historicamente encarnada pela tradição jacobina). De modo que o separatismo

[24] Pode compreender-se nesta lógica por que razão a oposição entre o Norte e o Sul se encontra na atitude assumida a respeito da região e do regionalismo: as regiões onde a reivindicação económica e a luta contra a dominação tomam a forma regionalista são aquelas onde os efeitos da dominação económica são mais nitidamente acrescidos dos efeitos da dominação simbólica (pronúncia estigmatizada, etc.).

[25] E. Hobsbawm, «Some Reflections on The Break-up of Britain», *New Left Review*, 105, Set/Out. 1977, pp. 3-24.

[26] A. Charpilloz, *Le Jura irlandis*, Vevey, Bertil Galland, 1976

aparece bem como o único meio realista de combater ou de anular os efeitos de dominação que estão implícitos, inevitavelmente, na unificação do mercado dos bens culturais e simbólicos, desde que uma categoria de produtores esteja em condições de impor as suas próprias normas de percepção e de apreciação. É o que se vê bem no caso da língua na qual todos os efeitos de dominação estão ligados à *unificação do mercado* que, ao invés de abolir os particularismos, os constituiu em estigmas negativos[27]. Assim, o verdadeiro suporte objectivo do regionalismo occitânico reside não nos falares locais que, já heterogéneos, foram desnaturados e desenraizados pela confrontação com a língua dominante, mas sim no *francês meridional*, bastante diferente do francês legítimo na sua sintaxe, no seu vocabulário e na sua pronúncia para servir de base a uma depreciação sistemática de todos os seus utilizadores, independentemente da classe a que pertençam (se bem que a propensão e a aptidão para a «correcção» aumente à medida que se sobe na hierarquia social), e a uma forma doce e larvada de racismo (firmada na oposição mítica do Norte e do Sul)[28].

[27] P. Bourdieu e L. Boltanski, *op. cit. nota 13.*

[28] Pode pensar-se que, além dos efeitos da transmissão directa das vantagens sociais que estão ligadas ao capital social, a pronúncia legítima desempenha um papel não descurável no privilégio de que beneficiam, para o acesso à classe dominante, as pessoas nascidas na região parisiense ou que fizeram nela os seus estudos — (privilégio que vai aumentando à medida que se sobe na hierarquia das funções, desde os bispos, os prefeitos ou os generais até aos directores de ministérios, aos inspectores de finanças ou aos PDG* das grandes sociedades, todos colocados no centro do poder central). Esta hipótese acha uma confirmação no facto de a taxa de parisienses (nascidos em Paris ou residentes em Paris no momento da entrada em *6ème*) entre os alunos das escolas superiores crescer segundo o mesmo princípio, quer dizer, segundo a hierarquia seguinte: École des P. et T., Mines de Saint-Etienne e Saint-Cloud, Fontenay, Ulm, Sèvres, Agro, Mines de Nancy, Mines de Paris, Polytechnique e, enfim, HEC, ENA e Ciências PO em que existem mais de 50% dos alunos naquelas condições. Vê-se que as vantagens associadas à pronúncia legítima, elemento do *capital* associado ao nascimento na capital, vêm acrescer às vantagens associadas a uma origem social elevada. É assim que a oposição é ainda mais marcada entre as escolas superiores se se levar em linha de conta ao mesmo tempo o lugar de residência dos pais no momento de entrada em *6ème* e a origem social: têm-se assim, de um lado, as escolas que recrutam uma grande parte dos

Em resumo, o mercado dos bens simbólicos tem as suas leis, que não são as da comunicação universal entre sujeitos universais: a tendência para a partilha indefinida das nações que impressionou todos os observadores compreende-se se se vir que, na lógica propriamente simbólica da distinção — em que existir não é somente ser diferente mas também ser reconhecido legitimamente diferente e em que, por outras palavras, a existência real da identidade supõe a possibilidade real, juridicamente e politicamente garantida, de afirmar oficialmente a diferença — qualquer unificação, que *assimile* aquilo que é diferente, encerra o princípio da dominação de uma identidade sobre outra, da negação de uma identidade por outra.

É preciso, pois, romper com o economismo — marxista ou qualquer outro — que reduz o regionalismo à paixão, ou mesmo à patologia, porque, por não reconhecer a contribuição dada à construção do real pela representação que os agentes têm do real, ele não pode compreender a real contribuição que a transformação colectiva da representação colectiva dá à transformação da realidade. Mas sem esquecer por isso que há uma economia do simbólico que é irredutível à economia (em sentido restrito) e que as lutas simbólicas têm fundamentos e efeitos económicos (em sentido restrito) efectivamente reais. É assim que, como bem mostra Eric Hobsbawm [29], a mundialização da economia, de que se poderia ter esperado fizesse desaparecer os nacionalismos, poderia ter permitido caminho livre à lógica da diferenciação simbólica, criando assim as condições que tornassem possível um separatismo quase sem

---

seus alunos na burguesia parisiense, quer dizer, Ciências PO, HEC, ENA e as Mines de Paris, e por outro lado, as escolas que recrutam sobretudo na burguesia de província, quer dizer, ULM, Sèvres, Polytechnique e Agro. Tudo parece pois indicar que o peso crescente no universo das vias de acesso às posições dominantes de Ciências PO, HEC ou ENA, que, sob a aparência de considerar apenas critérios de selecção universais, concede um reconhecimento especialmente marcado às propriedades mais características do *habitus* legítimo, quer dizer, parisiense (como a pronúncia e sem dúvida muitas outras características), tem contribuído para reforçar a inferioridade da burguesia de província.

* PDG — Président-directeur général.

[29] E. Hobsbawm, *loc. cit.*

limites económicos. Com efeito, o critério do *tamanho* do território a que se referiam os teóricos (marxistas, em especial) para determinarem os «Estados viáveis», quer dizer, capazes de oferecer um mercado suficientemente extenso e diversificado e, secundariamente, capazes de se protegerem contra as agressões exteriores, perde uma grande parte da sua significação desde que se generalize a dependência dos Estados (e das nações) em relação à economia internacional e em relação às empresas transnacionais — e isto na medida em que o equilíbrio das forças entre as grandes potências militares tende a assegurar uma protecção de facto aos pequenos países. A nova divisão internacional do trabalho não só não condena os pequenos Estados isolados, como também se acomoda muito bem a essas unidades oficialmente autónomas e incapazes de impor constrangimentos aos capitais estrangeiros (visto que os poderes locais podem encontrar ganhos evidentes em cederem a sua dependência às grandes potências económicas). Mas, simultaneamente, a redistribuição dos investimentos no espaço, em função apenas da lógica das taxas diferenciais de lucro, e a deslocalização do poder, que daí resulta, tendem a estimular a revolta contra o Estado.

Uma economia das lutas regionalistas deveria assim determinar os princípios segundo os quais as diferentes categorias de agentes activamente ou passivamente envolvidos nas lutas regionalistas se distribuem entre partidários e adversários do poder local. Se todos os observadores estão de acordo em notar que os intelectuais desempenham um papel determinante no trabalho simbólico que é necessário para contrariar as forças tendentes à unificação do mercado dos bens culturais e simbólicos e os efeitos de desconhecimento* por elas imposto aos defensores das línguas e das culturas locais, não se interessam por situar a posição desses intelectuais no campo intelectual nacional que poderia estar na origem das suas tomadas de posição sobre as relações entre o nacional e o regional: tudo parece, com efeito, indicar que, tanto no caso dos romancistas regionalistas, estudados por Rémi Ponton como no caso dos inspiradores dos

* «méconnaissance» (ignorância, não-reconhecimento) (*N.T.*).

movimentos regionalistas o empenhamento pelo regional, pelo local, pelo provincial, fornece aos detentores de um capital cultural e simbólico, cujos limites são, muitas vezes, objectivamente imputáveis (e quase sempre subjectivamente imputados) ao efeito da estigmatização regional, um meio de obterem um rendimento mais elevado deste capital nacional investindo-o num mercado mais restrito, em que a concorrência é mais fraca[30]. No caso oposto, segundo uma lógica que se observa no conjunto da classe dominante e, em particular, entre os dirigentes da indústria, os agentes activamente envolvidos na luta parecem tanto mais voltados para o transregional quanto mais ligado está ao poder central, nacional ou internacional o seu capital económico e cultural[31].

[30] Esta lógica observa-se no campo científico em que a fissão* das disciplinas permite que se assegure uma dominação mais completa sobre um domínio mais restrito: é o que descreve, por exemplo, Ernst Kantorowicz que mostra como os juristas de Bolonha conseguiram garantir, no século XII, o monopólio do direito por meio de uma divisão dos poderes, em relação ao rei, e de uma diferenciação funcional das atribuições das diferentes instituições encarregadas de administrar o direito (cf. E. Kantorowicz, «Kinship under the Impact of Scientific Jurisprudence», in *Twelfth-Century Europe and the Foundations of Modern Society*, M. Clagett, G. Post e R. Reynolds eds., Madison, University of Wisconsin Press, 1961, pp. 89-111).

* «fission» no texto original (*N.T.*).

[31] Quanto aos que, nesta luta, estão condenados ao papel passivo de *coisas em jogo*, tudo permite supor que, além dos factores ordinários da propensão para aceitar a transformação ou a conservação (quer dizer, essencialmente, a posição na estrutura social e a trajectória, ascendente ou descendente, que conduz a esta posição), é o balanço dos ganhos actuais e dos ganhos esperados, quer dizer, dos ganhos proporcionados pelo nacional (salários, reformas, etc.) e dos ganhos prometidos pelo regional, que determina as opções. Ao suspender a eficácia assimiladora da instituição escolar como via privilegiada de ascensão — e de integração — social, a *desclassificação* (cf. P. Bourdieu, «Classement, déclassement, reclassement», *Actes de la recherche en sciences sociales*, n.º 24, Nov. 1978, p. 2-22) favorece as atitudes anti-institucionais, dirigidas contra a Escola, o Estado e a Família, e leva a pequena nova burguesia a recusar o papel de correia de transmissão que ela desempenhava na luta de concorrência integradora e a entrar numa contestação (ambígua) do central que é acompanhada por uma reivindicação da participação nos poderes locais.

E reencontraríamos assim o ponto de partida, quer dizer, as determinações que a posição, central ou local, no espaço de jogo faz pesar sobre a visão do jogo, e que só a construção do jogo enquanto tal pode permitir neutralizar, pelo menos durante o tempo de uma análise.